

DROMOCRACIA E NOVAS FORMAS DE EXCLUSÃO ¹

Francisco de Assis Carvalho Arten²

Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE)

Resumo

Analisa-se desvirtuamentos do uso da Internet que vêm tornando a comunicação *on line* em avatar de uma nova metamorfose do sistema de desigualdade e do sistema de exclusão. Estuda-se a questão da dromocracia, trazida ao campo da cibercultura por Trivinho (2001, 2002, 2007). Cruza-se os pensamentos deste autor com o de Zygmunt Bauman discutindo-se a lógica da velocidade (dromocracia) teorizada primeiramente por Paul Virilio; Boaventura de Souza Santos e Marilena Chauí. Através destes cruzamentos mostra-se a nova condição estabelecida e a formação de uma nova hierarquia sufocante, que leva os excluídos, segundo Bauman, a sentirem-se na condição de ‘redundantes’, ‘rejeitos’, ‘restos’, ‘lixo’. Adjetivos também usados por Marilena Chauí na tentativa de entender a nova condição social criada a partir destes fatores.

Palavras-chave

Cibercultura, dromocracia, desigualdade, exclusão digital.

Sabe-se, desde muito, que as autoestradas da informação não vão servir por igual todos os países, todas as cidades, todas as regiões, todos os grupos sociais que constituem a sociedade civil global. Estratificações já estariam acontecendo, produzindo mais desigualdades e exclusões num espaço que se desenhava anárquico e democrático. E isso num ritmo alucinante, tendo em vista o predomínio da dromocracia, também como um estilo de vida moderno. Seria a dromocracia cibercultural, apontada por Trivinho (2001): um fenômeno implicitamente ligado às mídias e às redes digitais com a velocidade acelerada de forma estonteante, na velocidade tecnológica e com os reflexos sociais e culturais que lhe dizem respeito.

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático: Vigilância, ciberativismo e poder, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Francisco de Assis Carvalho Arten: Jornalista, advogado, professor. Pós-graduação em Ciência, Educação e Pesquisa e Linguística, pela UNICAMP. Mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC – SP. Professor: Centro Universitário UNIFAE, São João da Boa Vista, curso de Comunicação Social; UNIP, curso de Ciências Jurídicas; e INPG, curso de pós graduação. E-mail: fdaca@uol.com.br

Incluir aqui minicurrículo do autor (em até 5 linhas), seguido do respectivo endereço eletrônico.

Na cibercultura, dromos, prefixo grego que simboliza rapidez, celeridade, agilidade, e aptidão, que como o signo pressupõe, remete tanto à propensão espontânea, quanto à vocação adquirida e a capacidade ou competência treinada, designam, basicamente, em sua aglutinação estratégica o ser veloz, em relação ao domínio das senhas infotécnicas de acesso e de suas reciclagens estruturais (TRIVINHO, 2003, p. 113-114).

O conceito de dromocracia foi trazido para as ciências humanas e sociais por Paul Virilio em *Velocidade e política* (1996), e sinaliza fundamentos teóricos para a compreensão da história e dos processos políticos e sociais pelo prisma do vetor dromológico. Na época, Virilio estava interessado em mostrar os elos de ligação entre os vetores da velocidade, da política e da guerra. Trivinho traz o conceito de dromocracia para o contexto da cibercultura, como lógica exponencial da cibercultura (TRIVINHO, 2002). Em ensaio à crítica do que denomina de *modus operandi da cibercultura* vai trabalhar a questão neste campo apontando a dromocracia dos tempos atuais como um vetor para intensificar a exclusão e a distância entre aqueles que dominam as senhas infotécnicas de acesso às novas tecnologias de informação, sejam eles indivíduos, instituições, empresas ou estados. As grandes corporações e demais controladores das novas tecnologias, nos obrigam a reciclagens estruturais constantes, permanentes e velozes, que em seu bojo vão excluindo do acesso os que, por motivos diversos, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo. Para o autor, a cibercultura criou uma lógica de reciclagem estrutural própria do capitalismo que dificulta a sobrevivência porque segrega. O autor chega a tratar a questão como “uma atmosfera simbolicamente fúnebre” por sua tendência “extrema da regra de exclusão”. Em *Cibercultura, sociossemiose e morte*, o morrer é visto no sentido de desaparecer. Equivaleria ao não existir, a “uma imposição de inexistência ou impotência operacional, sazonal ou permanente”.

Força de condução à periferia, segregar é, no limite, eliminar, pelo que estar segregado é, a rigor, morrer, e morrer um pouco por dia – não, obviamente, por similitude prosaica ao preço natural de estar vivo, mas por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital dromocrático cibercultural.

Nesta perspectiva, o indivíduo, a instituição, a empresa ou mesmo o país que não dispõe (ou dispõe de maneira insatisfatória) do capital dromocrático cibercultural, está fadado a amargar a morte simbólica própria da cibercultura, vale dizer, sem trocadilho, a castração de direitos no âmbito do simbólico e do imaginário das tendências majoritárias da época. (TRIVINHO, 2003, p. 116).

Zygmunt Bauman, abordando a questão da velocidade como fator de dominação, sinaliza sobre as novas características deste jogo lembrando que na modernidade líquida o

jogo da dominação não é mais jogado entre o maior e o menor, mas entre o mais rápido e o mais lento. “Dominam os que são capazes de acelerar além da velocidade de seus opositores. Quando a velocidade significa dominação, a ‘apropriação, utilização e povoamento’ do território se torna uma desvantagem – um risco e não um recurso”. (BAUMAN, 2000, p. 115).

Com sinalizações teóricas para compreender a história e os processos políticos e sociais a partir do prisma do vetor dromológico, Paul Virilio lembra a influência da velocidade ao longo da história, garantindo a sobrevivência e a vitória nos combates de então aos que desenvolvessem técnicas que permitissem mais rapidez. Questões de estratégia e logística usadas no campo bélico, velocidade e guerra estariam ligadas, desde os primórdios da civilização, em dois aspectos simultâneos: o mapeamento cognitivo e o domínio prático do espaço e de suas possibilidades. Antes se tratava de uma questão de ações de assalto ou de proteção, de avanço ou recuo, de abastecimento e de retaguarda no menor espaço de tempo possível. A questão dromológica estava ligada a vetores de movimentação geográfica de corpos, objetos e valores, materiais e simbólicos. Segundo Paul Virilio (1998) teria sido o dorso feminino, o primeiro vetor desta velocidade. Na sociedade primitiva nômade é o dorso feminino que carrega os pertences domésticos e demais apetrechos, liberando o homem para a caça e para a guerra. Um sustentáculo logístico, portanto, fazendo com que a mulher tenha exercido papel fundamental no eventual adentramento e ocupação do território inimigo e para a posse de seus bens. Daí foram surgindo vetores cada vez mais eficazes, que foram vencendo e superando barreiras que impediam a movimentação humana, como o mar, por exemplo. As mais diversas invenções foram se sucedendo para vencer os obstáculos à movimentação humana. E vencido o mar, o homem se volta para outro obstáculo a ser superado: o ar. Novamente sucedem-se técnicas que resultam em equipamentos cada vez mais eficientes. Vencidos os obstáculos que se apresentavam, após a dominância trans-histórica da terra, do mar, e do ar e para além deles, surge um novo oceano agora invisível, inserido na cultura, de fluxos simbólicos e imaginários:

O permanente intento de vitória cinética sobre o território geográfico alcança, assim, paradoxalmente, na intermitente linha do tempo histórico, o seu ponto-limite, a sua condição insuperável, de não-retorno, com a proliferação comercial dos meios eletrônicos de comunicação, especificamente no que dizem respeito ao tempo real. A gestação dessa linhagem heterodoxa de vetores remonta, basicamente, ao telégrafo elétrico e a sua respectiva cadeia pontilhada de desenvolvimento se assenta no telefone, no rádio e na televisão ancorados no tempo livre enquanto a extremidade mais sofisticada de teletecnologias segue, até o presente momento, povoada pelo microcomputador (de base ou portátil) e pelas redes interativas (intranets, Internet, *Web*), próprias do tempo (...) Os vetores de produção de movimento convencional cedem espaço aos de transmissão e circulação de produtos simbólicos (informações

e imagens), representativos ou não de referentes concretos. Sobre determinando o secular império dos veículos de transporte, sucede, nos termos de Virilio (1995, 2002. p. 39-74) o ‘último veículo’, fadado à mais alta velocidade praticável e à sua luz – luz da velocidade da luz. A relação antropológica com a dimensão dromológica da existência atinge, assim, o seu ponto ômega, na forma intransponível do ‘muro’ invisível da velocidade pura. (TRIVINHO, 2006, p. 5).

A teoria de Paul Virilio se volta à crítica, à organização sociotécnica dinâmica que, a cada época, define a vida humana. Dromocracia e guerra sempre estiveram relacionadas, segundo o pensamento de Paul Virilio. A busca pela velocidade, dos tempos primórdios até hoje, tem uma relação direta com a busca pelo domínio e pela posse. Também, desde então, sempre esteve marcada pela violência com que as ações se procedem. Violência concreta ou simbólica, de conquistas territoriais e de vantagens logísticas em relação ao inimigo “em nome de Deus, do Rei, do Estado, da Nação, da Razão, do Homem, da Utopia, do Proletariado e ou da Paz, e assim por diante” (TRIVINHO, 2006, p. 7). O uso dos vetores para atingir maior velocidade quer em solo, mar, ar ou das ondas eletromagnéticas se liga, fundamentalmente, na procura de eficiência para atingir necessidades de estratégia e de tática “não raro para otimizar o exercício da tirania (ostensiva ou velada)” (TRIVINHO, 2006).

Virilio relaciona os meios de comunicação como meio de transporte em várias de suas obras (1980, 1984a, 1984b, 1996a, 2002) fundamentando que ambos são ‘elementos estruturais de vetorialização sociodromológica da existência humana’. Se o veículo de transporte é um meio específico de comunicação (entre dois pontos geográficos), o meio de comunicação propriamente dito é, de modo congruente, um veículo de transporte (de coisas espectrais, afetas ao plano simbólico da cultura). Nesta condição, em se tratando das novas tecnologias relacionadas aos meios de comunicação, houve uma superação em favor da lógica do tempo. Neste novo caminho a ser superado, já não importam mais as condições de partida e chegada, já que são imediatas. O destino é atingido sem movimento físico propriamente dito.

O que o *taylorismo* e o *fordismo* representaram dentro do espaço fabril, a comunicação eletrônica em tempo real – sobretudo se depreendida a partir das duas macroconfigurações social-históricas por elas conformadas, a sociedade de consumo, ancorada na massificação cultural, e a cibercultura, representa, a rigor, na vida geral, do ponto de vista do processo civilizatório e, em especial, da transmissão cultural, a exploração do filão eletromagnético, um vetor processual que encerra um princípio operacional de dromocratização generalizada da existência.

Mas ainda o processo modelar de produção e de transmissão cultural levada a cabo pelo conjunto dos media de massa (sobretudo quando capitaneados pela TV, em meados do século passado), com contrapartida da instantaneização da recepção aos respectivos produtos, acabou por assimilar, de maneira fatal, a lógica da esfera da produção e do trabalho à lógica da esfera do tempo livre e de lazer, com o conseqüente e progressivo apagamento das diferenças estruturais (incluindo a velocidade das práticas sociais) verificadas entre elas. No que essa mistura homogênea implica especialmente a celeridade de signos da estrutura conteudística dos produtos e da própria oferta mediática diária – ambas subordinadas ao imperativo da reciclagem indefinida –, o frenesi cultural da comunicação eletrônica significa, *mutatis mutandis*, inoculação do espírito da produtividade (industrial) no espaço cultura e perceptivo doméstico (TRIVINHO, 1999, p. 9).

O momento mais contundente desse processo na comunicação ocorre a partir da proliferação social de computadores pessoais e redes interativas com a informatização progressiva de várias esferas da vida social e na ‘virtualização e ciberespecialização do mundo’.

Se a lógica da velocidade tutelou a vida humana desde o início, como teorizou Paul Virilio, é bom lembrar que nem sempre se configurou com legitimidade social-histórica e jamais atingiu a maioria. Para que essa grande maioria tenha acesso a alguns possíveis benefícios trazidos pelos processos dromocráticos, é necessário um grande período. Até porque a dromocracia só se dava em processos locais. A capacidade de atingir o ‘sistema’ global só se evidencia em condições avançadas de desenvolvimento tecnológico e social. E só beneficia estratos sociais privilegiados. A partir desta constatação, conclui-se que ‘uma nova lógica de desigualdade se estrutura à sombra da condição ‘dromocrática-cibercultural’ da existência.’. Esta nova lógica de desigualdade gira em torno do imperativo que Trivinho denominou de dromoaptidão propriamente cibercultural (TRIVINHO, 2003) como capital simbólico necessário para a ‘manifestação’ individual, grupal, empresarial e institucional no social em rede. Para ser veloz, ou pelo menos para se obter a velocidade, que faz com que os indivíduos, instituições e estados tenham condições de competitividade iguais ou semelhantes, são necessárias algumas competências como as de ordem econômicas e cognitivas, para acompanhar a lógica da reciclagem estrutural, implantada pelas grandes organizações do setor. Esta ordem é praticamente impossível de ser acompanhada pela grande maioria, seja de indivíduos, instituições ou Estados, já que a reciclagem é constante e feita, cada vez mais, num período mais curto de tempo. As grandes corporações do ramo criam exigências digitais cada vez mais sofisticadas, com impressionante intensidade, e que são submetidas ao mercado. Exigem-se *hardwares*, *softwares*, novos programas operacionais e modos de

processamento de dados (*DOS, Windows, HTML, DHTML, Java, JavaScript, PHP, VRML* etc.) e demais fatores informáticos cada vez mais potentes, sempre cada um apresentando-se como melhor. Para dominá-los, primeiro é preciso ter a condição econômica para efetuar as novas mudanças e depois é necessário adquirir um novo saber, um novo poder cognitivo, que é de tal ordem que basta um curto período longe das novidades para que o indivíduo, instituição ou estado estejam fora do mercado, sem condições de igualdade com aqueles que estão no pleno domínio destas senhas infotécnicas de acesso. Formou-se algo como uma espécie de pirâmide social de domínio. No topo está a elite cibercultural dromoapta, que opera com a máxima capacidade e condições fornecidas pelas novas tecnologias de informação. No centro desta pirâmide, aqueles que têm acesso a estas novas tecnologias *en passant*, através do uso de um computador pessoal, freqüentadores de *lan house*, cibercafês, de quiosques públicos, geralmente alunos daqueles milhares de cursinhos, oferecidos gratuitamente ou por mensalidades módicas, por escolas particulares, instituições religiosas ou públicas, órgãos governamentais, ongs, sindicatos, etc. Enfim, são aqueles que têm contato com as novas tecnologias, e pensam, muitas vezes, poder dominar alguns de seus aspectos; mas trata-se de um acesso limitado, muito distante da elite virtual. Aqui é bom lembrar que a lógica destes novos meios é completamente diferente da lógica dos ‘antigos’ meios de comunicação. Antes, para ter domínio das senhas infotécnicas de acesso, bastava um aproximar-se, adquirir os saberes para manusear aquele meio e, assim, assegurar seu domínio. Agora é necessário atualizar-se constantemente, cada vez mais. Não bastam, portanto, os citados cursinhos, os mais bem-intencionados programas que recebem os mais diversos nomes, como alfabetização digital, inclusão digital. Apesar da boa vontade de milhares de ongs e sindicatos, quem hoje consegue o acesso, basta um período distante das novas tecnologias para não ter mais condição de acompanhá-las.

Voltando à pirâmide da desigualdade, na sua base está a grande maioria: os desprovidos de qualquer recurso, seja de ordem econômica ou cognitiva, para acompanhar a velocidade das transformações. Esta lógica de desigualdade é a mesma que separa os Estados que dominam os novos mecanismos, estão na ponta dos saberes tecnológicos e, via de regra, ditam as ordens, em relação ao restante do mundo que se coloca nesta pirâmide da desigualdade de acordo com suas capacidades e limitações. Numa analogia com os conceitos de dromocracia de Virilio (1984b), a diferença da velocidade nesta pirâmide da desigualdade pode ser comparada com a velocidade daqueles que usam, para sua movimentação,

helicóptero ou jato particular, automóvel e a grande maioria que ainda se serve apenas dos pés como vetor de deslocamento.

Esta capacidade de velocidade, na cibercultura, possibilita que quem for mais veloz tenha acesso a uma posição tecnicamente qualificada no mercado de trabalho, acesso a um rendimento anual médio satisfatório, acesso ao universo interativo da informação, acesso às novas formas de atividades de lazer virtual, acesso, enfim, às tendências majoritárias da era em curso.

Uma nova hierarquia foi estabelecida, perversa, que não garante estabilidade aos que atingem determinado ponto. Hoje incluído, amanhã, longe do meio, estará fadado a não calcar mais aquele patamar.

Na hierarquia cibercultural dos acessos, o usuário que, conectando-se a partir de base externa ao domo, sendo ela, ainda de propriedade alheia (e tanto mais defasada, se for o caso), se encontra inapelavelmente em posição inferior à daqueles que contemplam totalmente o *modus operandi* da cibercultura a partir do domo (...). Não obstante, convém lembrar, com ênfase, que o acesso primário e derivado, uma vez conquistado, não se subordina a nenhuma cláusula de estabilidade ou garantia de preservação de direitos: dissipa-se com relativa brevidade, como o ar puro quando atacado por dióxido de carbono. O tempo de vida do domínio de um objeto intotecnológico completo e atualizado vê-se tão periodicamente comprometido quanto o acesso a determinados rincões do *cyberspace*, quando as corporações do ramo, consagradas pelo mercado, materializam, a cada ciclo de pouco mais de dois semestres, a lógica da reciclagem estrutural do parque informático instituído, ao liquidar a versão anterior (daquele objeto) (na numerológica de praxe: 4.0, 5.0, 5.1, 5.2 etc) por meio do lançamento de versão de maior potência (7.0, 8.0 etc), em termos de velocidade operacional, processamento e armazenamento de dados e facilitação ampliada da interatividade. (TRIVINHO, 2003, p. 111).

A cada nova mudança, a cada aumento de potência, praticados pelo interesse de mercado das corporações do ramo e de forma ditatorial, que agem como que sempre à procura obsessiva de mais velocidade operacional, da maior possibilidade de dados, da mais-memória, enfim subordinam-se os usuários infotecnológicos à necessidade artificial, na maioria das vezes, à reciclagem compulsória, parcial ou total, para garantir condições de sobrevivência no *cyberspace*. A cada um destes ciclos criados elimina-se parcial ou totalmente a capacidade cognitiva de um grande número de usuários, assim como a capacidade econômica de outro tanto, de poder acompanhar as mudanças.

Estabelece-se, portanto, uma modalidade renovada de segregação social “tão implacável quanto invisível e doce em sua maneira de ser, seja no espaço interno de um país, seja no cenário das relações internacionais” (TRIVINHO, 2003, p. 112). Os que tiverem

condições de poder dominar as senhas infotécnicas de acesso, e, posteriormente, acompanhar suas reciclagens estruturais constantes se distanciarão cada vez mais dos que não tiverem esta condição, criando aí uma “forma renovada e historicamente específica dos modos sociais de aprisionamento em situações de miséria”. Em escala internacional, repete-se o cenário da desigualdade social histórica do capitalismo, diferenciando os países do Norte e do Sul. Em escala individual, a privação do indivíduo às senhas infotécnicas de acesso leva, com o passar do tempo, a um círculo vicioso do subemprego ou desemprego. Milhões já estão à margem desta nova sociedade cibercultural, por estarem desqualificados já que não tiveram o domínio do capital dromocrático cibercultural.

A nova lógica da desigualdade gira em torno do imperativo da dromoaptidão propriamente cibercultural como capital simbólico necessário para a manifestação individual, grupal, empresarial e institucional no social em rede. A capacidade de ser veloz abrange a competência econômica orientada *para posse privada plena* (isto é, a partir do domos) *das senhas infotécnicas de acesso à época* (objetivo infotecnológico e a rede digital à frente), a competência cognitiva e pragmática no trato da *sociossemiose plena da interatividade* (isto é, domínio das linguagens informáticas sempre em mutação), e a capacidade (econômica e cognitiva) de acompanhamento da *lógica da reciclagem estrutural* daquelas senhas... Na medida em que a distribuição social das senhas infotécnicas, da dromoaptidão conforme e, portanto dos acessos, realizada via mercado, é aleatoriamente desigual – e se, por um par de anos, fosse equitativa, não resistiria à lógica da reciclagem estrutural – arranjam-se, como princípio seja de causação, seja de reverberação encadeada, as condições propícias da produção de uma *estratificação sociodromocrática flexível* em cujo topo figura a nova casta dos privilegiados, a *elite cibercultural dromoapta*. (TRIVINHO, 2003, p. 13).

Marilena Chauí também considera como um “fantástico projeto de intimidação das massas” a elite se apresentar como detentores do saber. Assim como Trivinho ela vê neste apossar dos conhecimentos um elemento de exclusão. A ‘dromoaptidão’ denunciada por Trivinho produz um quadro de exclusão ainda mais acentuado a partir da Cibercultura. Chauí já considerava a publicação de revistas de divulgação cultural, a televisão ‘educativa’, os livros de ‘ciências’ ao alcance de todos, como elementos que reforçam a idéia de competência e intimidam ‘violentamente’ ‘as massas de incompetentes:

pois ser não-competente é mais do que ser ‘menor’ – é ser a-social, detrito, incapaz. É ser lançado fora do circuito da socialização, ficando à beira da “Natureza” (o “louco”, o “infantil”). A competência acrescenta, pois, à regra de interdição que pesa sobre o saber, a regra da exclusão. A estas duas regras, uma terceira vem acrescentar-se: o monopólio da informação e, conseqüentemente, do saber e de sua manipulação. Esta terceira regra parece-me ser a mais grave não porque nela se concentre a impossibilidade democrática (da economia à política), mas porque nela se anuncia a possibilidade de uma caricatura democrática no plano da cultura: a chamada “cultura popular”. Não me refiro aqui aos aspectos mais óbvios da manipulação da cultura popular pela classe dominante (desde as feiras de artesanato

até os festivais de música e danças folclóricas) para exibir, simultaneamente a criatividade ‘das ordens inferiores’ e fazer delas o repositório das ‘tradições nacionais’. Refiro-me à manipulação demagógica da cultura como coisa pública e fazer coletivo, como algo a que todos têm acesso e como promessa ilusória de uma sociedade transparente na qual todos se comunicam com todos.’ (CHAUI, 1989, p. 148).

Boaventura de Souza Santos, falando sobre o colonialismo do norte, afirma que neste tipo de domínio vigora a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação. (SANTOS, 2006, p. 37). O autor aponta que a desigualdade e a exclusão têm na modernidade ocidental significados diferentes. Como pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas como princípios emancipatórios da vida social, a igualdade e a exclusão são justificadas como exceções ou incidentes. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra. Só que na prática, nas sociedades sujeitas ao capitalismo europeu, vigoram a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação “e cuja validade não implicou qualquer relação dialética com a emancipação” (SANTOS, 2006, p. 279).

Desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. A diferença entre desigualdade e exclusão consiste no fato de na desigualdade a pertença é caracterizada pela subordinação. O sujeito não está fora da sociedade. “Quem está baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio de segregação. Quem está em baixo, está fora” (Ibid., p. 280).

Também aqui, no aspecto individual, não podemos responsabilizar a cibercultura por esta segregação. A exemplo das diferenças entre os países do Norte e Sul, elas já existiam anteriormente. A sobrevivência não é agora mais difícil do que foi antes. Cada época tem sua característica e inventa e impõe novas formas de dificuldades para o viver. Repetem-se, portanto. Só que, agora, numa velocidade infinitamente mais acelerada. Ao ritmo dos *bites*.

Milhões de seres humanos estão à margem da nova sociedade cibercultural por estarem desqualificados já que não tiveram o domínio do capital dromocrático cibercultural e estão cada vez mais longe dessa possibilidade pelas contingências dromocráticas do processo, como explicado por Trivinho (2007) e visto no item anterior.

Em escala internacional, repete-se o cenário da desigualdade social histórica do capitalismo, diferenciando os países do Norte e do Sul. As desigualdades já existiam anteriormente. Agora, no entanto, estas diferenças estão se ampliando e numa velocidade infinitamente mais acelerada.

As reciclagens estruturais constantes, permanentes e velozes, que excluem do acesso os que, por motivos diversos, porém, sobretudo cognitivos e econômicos, vão ficando à margem do processo, é um dos entraves para maior democratização da informação na sociedade. A despeito da contribuição que a Internet poderia dar para uma maior democratização da informação, a ordem econômica e social que se configura no capitalismo informacional não possibilita previsões otimistas. A própria disseminação dos computadores é algo que levará ainda muito tempo para alcançar o grau de massificação da TV, por exemplo. Só quando atingisse este patamar poderia pensar numa contribuição mais efetiva para o aprimoramento da democracia. Porém, nem quando isso ocorrer, e se ocorrer podemos confiar na concretização desta finalidade. Isso em função de que parece estar se repetindo agora com a Internet o que já ocorreu anteriormente com o rádio e a televisão. Quando estes veículos surgiram, também havia a expectativa de que seriam de grande potencial para o fortalecimento da educação e cidadania, servindo, conseqüentemente, como veículos que proporcionariam significativo aprimoramento democrático. No entanto, a estrutura centralizada e o uso comercial levaram, tanto o rádio como a televisão, pela via do entretenimento, voltados ao consumo, em vez da educação formativa, frustrando, principalmente, os que acreditam ser o papel fundamental dos meios de comunicação de massa o de instrumento de regulação do poder público pela sociedade civil, se constituindo em tribuna democrática na qual o debate público entre estado e sociedade civil poderia se realizar. Assim como os interesses de mercado se sobrepõem aos interesses do exercício da cidadania no rádio e na televisão, o mesmo vem ocorrendo na comunicação *on line*, dificultando ou impossibilitando seu uso como vetor do aprimoramento democrático.

Por enquanto prevalece uma distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais.

A dominação permanece oculta sob o império da Organização e torna-se fácil encarar os dominantes como elite, isto é, como simples detentores do saber e não mais como proprietários dos meios de produção e do aparelho do Estado. A idéia de Organização serve para criar a crença na existência de estruturas (infra ou supra, não importa) que existem em si e que funcionam por si, sob o comando de imperativos puramente racionais, independente do homem Um fantástico projeto de intimidação sustenta esse discurso do conhecimento que constrange a maioria a submeter-se às representações dos especialistas, ou melhor, a interiorizá-la sob pena de não ser ninguém, de perceber-se a si mesmo a social, desviante ou lixo. Nesse contexto, compreende-se que a industrial cultural, a cultura de massa, os meios de comunicação e o desvario da informação não são as formas limites de um mundo alucinado e destrutivo, mas a realização cabal da cultura dominante, pois como dissera Benjamim, a barbárie também afeta o processo de sua transmissão (CHAUI, 1989, p. 51).

Esta realidade provoca uma nova desigualdade de oportunidades políticas, que, antes de resolver as desigualdades anteriores, agrava a estratificação social. As oportunidades que surgem através da comunicação *on line* não estão ao alcance de uma considerável parcela da população e por isso aumenta a distância que separa os ricos e os pobres em informação e consequente oportunidade de participação no processo democrático, acrescentando aos mais abastados um rol de vantagens sobre os demais. É certo que, principalmente em países industrializados, as oportunidades de acesso à Internet vêm aumentando em velocidade considerável. Nos países mais pobres a tendência de aumento de acesso é menor. Porém, tanto num como em outro, esta evolução se estabilizará nos limites das classes sociais, isto é, conduzirá no máximo a que os integrantes das classes altas e médias tenham um acesso homogêneo ao mundo digital.

Também é certo que os membros das classes baixas que, com muito esforço, sacrifício e sorte, vierem a possuir capital cognitivo semelhante àquele das classes superiores terão suas oportunidades, principalmente se integrados através dos serviços públicos. São avanços consideráveis, mas que em nada atenuarão o padrão de injustiça social vigente.

Mesmo que em longo prazo as novas tecnologias possam e certamente vão atingir e beneficiar cada vez mais um número maior de indivíduos, é bom lembrar a lógica da velocidade teorizada por Paul Virilio. É necessário um longo período para que a maioria tenha acesso a alguns benefícios trazidos pelos processos democráticos e só em condições avançadas de desenvolvimento tecnológico e social. Até que isso ocorra, e se ocorrer, está estabelecida a nova hierarquia: perversa e sufocante, que não garante estabilidade nem aos que superarem as barreiras iniciais e atingirem um ponto privilegiado.

Poucos são aqueles que estão em condições de sentirem-se seguros. Até mesmo aquele que hoje está incluído, amanhã, sem condições de acompanhar as condições democráticas do processo, estará fadado a não calcar mais aquele patamar. Sem possibilidade de retorno. Seriam os ‘redundantes’, como qualificou Zygmunt Bauman no livro *Vidas Desperdiçadas*. Ser redundante é diferente de ser desempregado. Redundante significa ser desnecessário. “Os outros não precisam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão autoevidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência”. (BAUMAN, 2004).

Desempregado costumava indicar uma situação temporária, que poderia ser revertida a qualquer instante. O prefixo ‘des’ sinalizava um afastamento da norma, diferente de ser

‘redundante’. Enquanto o primeiro nos leva à noção de uma situação não normal, modificável, o ser redundante sugere permanência, sugere uma nova forma de normalidade geral. As coisas que são imanentes tendem a permanecer como são:

Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘restos’, ‘lixo’ – com refugio. O destino dos desempregados, do ‘exército de reserva de mão-de-obra’, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo. (BAUMAN, 2004, p. 20).

Não ter o domínio das senhas infotécnicas de acesso à vida cotidiana na cibercultura é estar condenado a uma forma de aprisionamento de situação de miséria. E tê-la não é condição definitiva já que a reciclagem imposta exige que estas senhas devam ser, mais que aprendidas, dominadas, possuídas por todos os seres, empresas, entidades e governos, sob pena de exclusão sumária. “É esse mosaico de fatores que a época tem impingido a tudo e a todos como bem total e necessário à garantia mínima de sobrevivência individual, corporativa e institucional” (TRIVINHO, 2003, p. 105).

A condição de ser ‘redundante’ apontada por Bauman leva à idéia do ‘espectro de morte’, da ‘atmosfera simbolicamente fúnebre’ citada por Trivinho, como consequência para os que não conseguem acompanhar o ritmo acelerado dos ciclos de reciclagens impostos pelas grandes corporações e pelos que detêm o domínio do sistema.

Se morrer é, por sua vez, em muitos sentidos, desaparecer, segregação, como qualificativo de coação difusa das circunstâncias ou de ato arbitrário de poder, configura imposição de inexistência ou, em hipótese mais promissora, de impotência operacional (sazonal ou permanente). Força de conclusão à periferia, segregar é, no limite, eliminar, pelo que estar segregado é, a rigor, morrer, e morrer um pouco por dia – não, obviamente, por similitude prosaica ao preço natural de estar vivo, mas por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital dromocrático cibercultural.

Nessa perspectiva, o indivíduo, a instituição, a empresa ou mesmo o país que não dispõe (ou dispõe de maneira insatisfatória) do capital dromocrático cibercultural está fadado a amargar a morte simbólica própria da cibercultura, vale dizer, sem trocadilho, a castração de direitos no âmbito do simbólico e do imaginário das tendências majoritárias da época (TRIVINHO, 2003, p. 116).

O mesmo autor vai usar o termo ‘terror’ para explicar a condição social criada à sobrevivência humana em consequência do processo dromocrático e da impossibilidade de acompanhar a ‘complexização tecnológica da segregação’, em função da dromoaptidão da grande maioria e da eminência de se tornar dromoinabil mesmo aqueles privilegiados que,

em algum momento, tenham atingido esta patamar. O risco de não poder acompanhar a velocidade exigida é eminente e, de fato, aterrorizador.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e Democracia: o discurso complementar e outras falas*. São Paulo: Cortês, 1989.

SANTOS, B. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural. Lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. A estética do capital. In: *Comunicação & Política*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, v. 9, n. 2/4. São Paulo: Editora Oito de Março, 1989.

_____. Cibercultura, sociossemiose e morte. Sobrevivência em tempos de terror dromocrático. In: *Revista Fronteiras - Estudos midiáticos*, 2003.

_____. Dromocracia, cibercultura e transpolítica – Contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. In: *Revista Fronteiras – Estudos midiáticos*, 2003.